

## Balanco do bolso do brasileiro em 2009

(Marcelo Néri)

Tsunami ou marolinha? Eis a questão que muitos se perguntaram, nos últimos 17 meses, acerca dos efeitos da crise internacional de setembro de 2008 no Brasil. Afinal, qual foi o impacto da crise no bolso dos brasileiros? Qual é o balanço completo até dezembro de 2009? A pobreza e a desigualdade já se recuperaram da ressaca de janeiro do ano que passou? E a nova classe média brasileira? Continuou crescendo ou submergiu? Este artigo é o epílogo da série "Crônica de uma crise anunciada" que monitora os efeitos da turbulência externa por meio dos microdados trabalhistas da PME/IBGE nas seis principais regiões metropolitanas brasileiras (vide [www.fgv.br/cps/c2010](http://www.fgv.br/cps/c2010)).

O artigo que deu origem à série, escrito há um ano, não evidenciou, até dezembro de 2008, sinal de retrocesso dos indicadores sociais baseados em renda domiciliar per capita a não ser pela classe AB. A segunda crônica ilustrou o período crítico da crise: a ressaca de janeiro de 2009, que erodiu parte dos ganhos passados. De aí em diante houve uma tendência de recuperação dos indicadores. Mas findo o calendário gregoriano de 2009, ano da crise, onde estamos em termos de pobreza, de composição da população em classes econômicas (E, D, C e AB) e de seus determinantes próximos como o crescimento da média e da desigualdade de renda?

Dezesseis meses após a chegada da crise, já há uma visão mais clara de seus efeitos no bolso dos trabalhadores brasileiros nas seis maiores metrópoles do país. Começamos pela composição da sociedade brasileira em termos de classes econômicas. Mesmo pessoas da classe AB, em famílias com rendas superiores a R\$ 4.800 por mês, que tinham perdido mais com a crise (-2,7% só em janeiro, tendo iniciado sua perda já em setembro de 2008 após atingir o seu ápice histórico de 15,72% em agosto de 2008), estão hoje 2% acima dos níveis de um ano atrás. Hoje, 15,63% da população está na classe AB, contra 15,33% em dezembro de 2008.

A Classe C, imediatamente abaixo da anterior (renda domiciliar entre R\$ 1.115 e R\$ 4.808), por sua vez, não tinha sido atingida até a ressaca de janeiro de 2009. A classe C está agora no segundo ponto mais alto das séries mensais com 53,58% da população em dezembro de 2009, saldo de -0,4% em relação a dezembro de 2008, atingindo o pico de 53,72%. Curiosamente, a soma das classes ABC se encontra no recorde histórico em dezembro de 2009 com 69,21%, apesar de seus componentes não estarem individualmente em seu ápice. Entretanto, a diferença é ínfima: 0,1% frente ao segundo melhor ponto da série, os 69,14% de dezembro de 2008.

Se a manutenção do status quo da distribuição de renda em dezembro pode ser considerada um bom resultado em época de crise, por outro lado, ela esconde uma parada súbita da melhora prévia dos indicadores: de dezembro de 2003 a dezembro de 2008, a Classe AB cresceu 43,8%, a classe C subiu 25,2% e a conjunção delas - ou seja, a classe ABC - subiu 28,9%. Houve estagnação entre dezembro de 2009 em relação a dezembro de 2008 e forte expansão em relação ao início do ciclo expansivo em dezembro de 2003.

Olhamos agora para o outro extremo das classes econômicas, a classe E, que em nossa metodologia equivale aos pobres, com renda familiar total de até R\$ 804. A proporção de pobres caiu 41% entre dezembro de 2003 e 2008, caindo 1,5% na comparação do último ponto com dezembro de 2009, quando a mesma atingiu 17,42%. Mais uma vez, o aumento da taxa de pobreza de 6,7%, observado na passagem de 2008 para 2009, foi revertido ao longo de 2009, resultando em uma queda de -1,5% que talvez constitua o melhor resultado positivo nesse cenário de pontos equivalentes de dezembro dos dois últimos anos.

As mudanças ocorridas devem-se às mudanças na média e na desigualdade de renda per capita. A desigualdade medida pelo índice de Gini, que se encontrava no seu valor mínimo em dezembro de 2008 (0,5778), recupera-se da deterioração observada em janeiro de 2009 (quando sobe 2,5%) com quedas na direção contrária, atingindo em dezembro de 2009 praticamente o mesmo valor de um ano antes (0,5779). Em termos da renda média, a taxa de crescimento acumulada no período de dezembro de 2003 a dezembro de 2009 de renda per capita (portanto já descontando o crescimento populacional) foi de 36,3%, ou seja, 5,3% ao ano. Se isolarmos em dois momentos distintos, sendo o primeiro até dezembro de 2008, observamos que a taxa acumulada de crescimento da renda é pouco superior (36,8%). Ou seja, entre dezembro de 2008 e dezembro de 2009, observamos uma ligeira redução de -0,4%, mais uma vez próxima da constância do último ano, configurando uma parada súbita dos avanços anteriores, mas não retrocessos.

Preferimos centrar a análise em dezembro de cada ano para evitar a operação de "efeito carry-over", implícito em médias anuais obscurecendo o tempo das mudanças. Observamos em todas as séries mais do mesmo: empate com muitos gols ao longo de 2009, com fortes perdas em janeiro e recuperação a partir de fevereiro. Dezembro de 2009 e de 2008, independentemente da operação de efeitos sazonais, são os picos das séries, como cristas de ondas.

Dezembro de 2009 também constituiu um indicativo mais atual do estado das coisas. Seguindo nesta linha, abrimos a

última pesquisa mensal em ondas semanais até a última semana de dezembro de 2009, onde centramos nossa análise como indicador antecedente de curto prazo. Na última semana do ano, 17,74% da população estava na classe E e 67,7% na ABC, sugerindo viés de piora em relação à totalidade do mês de dezembro de 2009, o que talvez reflita o efeito observado em outras séries. Em dezembro, observamos pelo Caged a destruição de 416 mil postos de trabalho, queda acima do ajuste normal do mês, interrompendo a recuperação de agosto a novembro, retomada depois em janeiro, quando quebramos os recordes dos respectivos meses da série. O saldo líquido de 995 mil novos postos de trabalho no final do ano 2009 é um resultado razoável no contexto da crise internacional, quando a maioria dos países destruiu postos de trabalho. Há uma retomada da tendência social ascendente, mas o balanço das séries ainda não são águas passadas.

Marcelo Côrtes Neri, economista-chefe do Centro de Políticas Sociais e professor da EPGE, Fundação Getúlio Vargas. Autor dos livros "Ensaio Sociais", "Cobertura Previdenciária: Diagnóstico e Propostas" e "Microcrédito, o Mistério Nordeste e o Grammen brasileiro"

E-mail: mcneri@fgv.br.

Fonte: Jornal Valor Econômico